



Pertencimento local, políticas de município e gestão de populações em duas áreas de agronegócio

Marcos Otavio Bezerra

Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Este trabalho analisa a relação do poder público municipal com categorias de trabalhadores concebidos por segmentos de moradores que reivindicam o pertencimento local como externos à sociedade local (“migrantes”, “trabalhadores de fora”, “forasteiros” etc.). A partir do foco em dois municípios, cujas dinâmicas econômicas e sociais estão associadas ao agronegócio, examina-se como a presença destes trabalhadores se configura como uma questão pública e se torna objeto de gestão da administração municipal. A percepção de que estes trabalhadores constituem uma ameaça à segurança e as medidas que visam controlar sua presença nos territórios são exemplos de questões examinadas. Desse modo, o trabalho procura demonstrar como as ações do poder público nesses contextos contribuem para a estruturação de relações de segregação espacial e social entre diferentes grupos sociais inscritos nos municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia do Estado, gestão de populações, classificações sociais, segregação social.

A exploração para fins agrícolas de áreas de cerrado localizadas nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso é estimulada oficialmente a partir dos anos 70 através de programas governamentais que incluem, entre outros aspectos, linhas de financiamento para a produção, promoção de



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

pesquisas agropecuárias e aquisição de terras através de projetos público e privado de colonização.¹ Atualmente, encontram-se nestas áreas municípios que, impulsionados pelo chamado agronegócio,² são recorrentemente apresentados pela imprensa nacional como “oásis” de desenvolvimento econômico, prosperidade e oportunidades.³

A valorização produtiva do cerrado é acompanhada do deslocamento para essas áreas de novas categorias sociais. Por um lado, colonos e pequenos produtores, especialmente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, minimamente capitalizados, apostam no que se apresenta – graças às propagandas oficiais, à comercialização de terra promovida por empresários responsáveis por programas de colonização privada e à circulação de informações através de redes familiares e conhecidos que se estabelecem inicialmente nas regiões – como uma oportunidade para aquisição e ampliação de áreas agricultáveis. Por outro, trabalhadores rurais assalariados, pequenos produtores, garimpeiros, pessoas em busca de uma fonte de renda – sozinhos, com familiares ou conhecidos – originários destes estados e de outros, como Minas Gerais, Bahia e Maranhão, buscam nessas áreas oportunidades de acesso a terra e emprego em postos de trabalho (permanentes ou temporários) criados na agricultura, na indústria e nos serviços. Os municípios e as cidades aí localizadas tornam-se, portanto, pontos de encontro de diferentes fluxos populacionais. E como evidenciam as duas situações analisadas a seguir, concepções sobre o pertencimento local e a transformação de trabalhadores definidos como não locais em uma questão pública constituem dimensões importantes da organização social destes municípios. Os dois relatos apresentados a seguir fornecem algumas indicações iniciais sobre a retórica e a forma que tomam as relações entre distintas categorias sociais em cada uma das situações examinadas.⁴

O primeiro é concedido por uma jovem, com cerca de 30 anos, nascida e residente do município de Pequi (MG).⁵ Enfermeira, formada na





Universidade Federal de Uberlândia, trabalha há cinco anos no posto de saúde do bairro Poeira. Eu a conheci no próprio posto, quando reunia informações sobre a atuação da prefeitura no bairro e sobre seus moradores. Seu relato remete às representações sociais dominantes na cidade sobre o bairro, seus moradores e os sentimentos que experimenta ao ser nomeada para a função: “É o pior bairro da cidade, o lugar que tem mais criminalidade, que tem mais analfabetismo, que tem mais desnutrição, então, tudo de ruim é no Poeira. Todo crime que ocorre na cidade foi o pessoal do Poeira que cometeu”. Ao se colocar espontaneamente a questão sobre o porquê dessa visão, complementa: “Porque a maioria da população [do bairro] é realmente de fora, norte de Minas, que é o pessoal que vem para a colheita, não vai embora e fica por aqui. Então, quando falaram: ‘Você vai para o Poeira’, nossa, foi um baque. Eu fiquei superamedrontada: ‘[pensei] nossa, lá eles vão consultar com faca. É muito perigoso”. A enfermeira acrescenta, porém, que essa visão inicial se mostrou equivocada à medida que passou a participar do cotidiano e da vida dos moradores do bairro.

Essa representação sobre o bairro é difundida especialmente entre pessoas que residem em outros bairros, em particular no centro da cidade, onde se concentram “mineiros”, “paranaenses” e paulistas”, mas também faz parte da percepção dos próprios moradores. Assim, cuidados com a segurança das casas – como a construção de muros, evitar deixar a casa vazia e instalar grades de ferro em portas e janelas – são medidas frequentemente lembradas por eles como necessárias. Mas como se pode observar, o que de modo geral o bairro Poeira expressa é uma divisão social que faz parte do modo como a própria sociedade local se pensa. Se, por um lado, ele concentra “tudo de ruim”, por outro, é tido como fonte das coisas ruins, como os crimes que ocorrem na cidade. Desse modo, os moradores do bairro, categorizados como “de fora”, são associados à criminalidade, à desnutrição e ao analfabetismo. A atribuição





MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

da condição de “de fora”, particularmente a trabalhadores empregados no café, constitui um aspecto importante das relações entre as categorias sociais presentes na localidade e das ações da administração pública municipal.

O segundo relato foi concedido por um senhor com cerca de 55 anos, morador do município de Horizonte (MT). Comerciante, nascido e criado no estado de Santa Catarina, instalou-se na localidade em 1987, um ano após sua emancipação político-administrativa. Conheci-o a partir da indicação de outros membros da pesquisa que já haviam feito contato com ele. A partir de então, nós nos encontramos com regularidade em seu próprio estabelecimento. Membro ativo de organizações associativas e conselhos municipais, seu relato remete também a uma representação social dominante na cidade. Diz:

Um pouco de racismo, lá no subconsciente, nós [“sulistas”] temos. Aqui ele é forte, contundente. [...] A cidade praticamente se dividiu, o lado de lá [refere-se a um dos lados da BR 163, onde se encontra o bairro São Nonato, tido como de “maranhenses”] tem os costumes diferentes do nosso. A cultura deles é outra, a música que eles admiram não é o nosso ritmo. [...] O forró é coisa deles, se respeita, mas tem essa divisão. A comida, a maneira como cuidam dos filhos é totalmente diferente. Pra nós, uma criança nua não se admite. Este pessoal, numa família típica, você vai encontrar crianças de 9, 10 anos de idade andando peladas ao redor da casa.

A cidade é descrita como dividida espacialmente e culturalmente entre “sulistas” e “maranhenses”. A primeira categoria populacional identifica de modo geral pessoas provenientes dos estados do sul. A segunda designa os naturais do estado do Maranhão que se instalaram no município nos primeiros anos de sua formação e são empregados como mão de obra no cultivo da soja e na construção civil. Estes, como indica o



relato acima, tornam-se alvo de discriminação e acusações de comportamento anômico.

Os dois relatos apontam, portanto, para cidades que são percebidas por aqueles que nelas residem e transitam como divididas entre categorias sociais cujas interações são marcadas pelo distanciamento social. Este se objetiva tanto em termos espaciais quanto em modos de julgamento estigmatizantes – fenômenos também identificados em situações de segregação social em grandes metrópoles (cf. Bourdieu, 1999; Caldeira, 2000; Wacquant, 2001) – a respeito de categorias sociais que nesses contextos – como no caso de imigrantes e seus descendentes (cf. Sayad, 1999; Castel, 2008) – passam a ser percebidas como não pertencentes às localidades.

A gestão destas populações inscreve-se, por sua vez, nas preocupações dos grupos dirigentes relativas à administração do município em termos do controle sobre o território e da regulação das relações das pessoas que nele se encontram (Weber, 1999, pp. 155-162; Souza Lima, 2002, p. 15). Nesse sentido, observa-se que medidas adotadas pelas administrações públicas municipais, como a criação dos bairros mencionados acima, têm participação na definição da configuração de relações estabelecidas entre as diferentes categorias sociais presentes nos municípios. Desse modo, proponho examinar a seguir como as políticas públicas municipais contribuem para forjar a estrutura de relações sociais e de percepção entre as categorias sociais que encarnam no plano da opinião pública local as principais oposições nos dois municípios.⁶ No caso de Pequi, a relação entre “mineiros”, “paranaenses” e “paulistas”, por um lado, e os do “norte de Minas” e “baianos”, de outro; e em Horizonte, entre “sulistas” e “maranhenses”.

Para tanto, concentro a atenção em três frentes de atuação das administrações municipais: ações relacionadas à distribuição territorial das populações e à formação dos dois bairros mencionados; ações





MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

implementadas no âmbito de políticas culturais cujo propósito é valorizar a “tradição nordestina”; e ações relacionadas à segurança pública e incluídas na rubrica de assistência social. A ideia não é explorar comparativamente cada uma dessas frentes, mas tomá-las como casos bons para refletir sobre como o princípio de pertencimento local⁷ pode servir de base para as classificações sociais e a definição de ações da administração pública orientadas para populações concebidas como não locais.⁸ O objetivo, enfim, é apontar para variações em torno de uma mesma questão e não identificar elementos comuns que possam ser reunidos em um modelo mais geral.

Municípios e composição social

Como sugerem os relatos acima e os dados demográficos expostos a seguir, a exploração agrícola nos dois municípios tem favorecido a aproximação de categorias populacionais distintas. Se os programas governamentais de estímulo à exploração do cerrado criaram inicialmente as condições para o deslocamento de certas categorias sociais, a referência às mesmas não é suficiente para dar conta dos múltiplos mecanismos que estão na origem da aproximação destas categorias e de seus efeitos. Longe de resultar de uma espécie de povoamento espontâneo, a ocupação destes municípios está fundada em iniciativas da administração pública (nacional, estadual e municipal), de produtores, agenciadores de mão de obra e trabalhadores. E nestas iniciativas não pode ser ignorado o fato de que elas envolvem critérios de seleção concernentes, entre outros aspectos, à origem regional, à disponibilidade de capital, ao domínio de técnicas de produção e à disposição para realizar certo tipo de trabalho sob determinadas condições de remuneração. Nesse sentido, como argumentam Heredia, Palmeira e Leite, boa parte da popula-



ção envolvida no agronegócio é produto das políticas públicas (2010, p. 169).

Não é meu propósito aqui examinar como as medidas e as propagandas oficiais, os recrutamentos realizados por produtores, diretamente e através de “empreiteiros” (ou “gatos”), e a circulação de informações entre produtores e trabalhadores, seus familiares e conhecidos operam de modo particular em cada caso, mas lembrar que estes mecanismos, como demonstram Chamboredon e Lemaire (1970) ao analisarem as formas de sociabilidade, percepção e conflito entre moradores de origem de classe distinta no âmbito dos grandes conjuntos habitacionais franceses, não podem ser desconhecidos quando se observa hoje a configuração de relações sociais entre os grupos sociais em cada um destes municípios.

Um aspecto significativo destas configurações é, sem dúvida, o modo como o vínculo com as localidades é representado e mobilizado pelos grupos sociais. Nesse sentido, é importante registrar, ainda a título de uma primeira aproximação, que as condições de ocupação territorial distinguem-se nas duas situações. Em Pequi (MG), quando tem início a exploração agrícola da área de cerrado, o município já conta com um núcleo urbano estabelecido e uma população estruturada em termos econômicos, políticos e sociais. Já em Horizonte (MT), a implantação da agricultura e das atividades a ela articuladas se faz concomitantemente à formação do município, do núcleo urbano e da fixação dos grupos sociais. Trata-se, portanto, de um município recente. Esta diferença está associada, entre outros aspectos, ao modo como as categorias sociais se inserem e são percebidas nas localidades para as quais se deslocam, e como são construídos os relatos sobre seus vínculos e sentimentos de pertencimento local, reivindicados os direitos sobre as localidades e forjadas as relações entre as categorias sociais (integração, cooperação, trabalho ou conflito).



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

A mobilização destes vínculos de pertencimento pelos grupos remete – como formula Castro Faria ao refletir sobre noções como as de lugar, localidade e grupos locais – “às concepções nativas, às formas locais de classificação, às fronteiras que demarcam os limites entre quem está dentro ou fora dos grupos sociais estudados” (1999, p. 8). A observação abre para um conjunto de questionamentos sobre os vínculos e as identidades locais como fenômenos de representação social. E como se passa nos dois municípios, a percepção das categorias sociais em termos de seus pertencimentos territoriais constitui uma dimensão importante de suas relações e das ações das administrações municipais.

Pequi

Localizado na região do Triângulo Mineiro, o município de Pequi emancipou-se em meados do século XIX. A economia local, que até pouco tempo atrás estava centrada no setor agropecuário, atualmente é dominada pelas atividades relacionadas ao cultivo e à comercialização do café. Impulsionada a partir de 1975 pelas geadas que atingem as produções de São Paulo e Paraná, a expansão da produção, com acréscimo de novas áreas e incremento da produtividade, ocorreu continuamente até 2002, ao que se seguiu uma queda nos anos seguintes e a retomada da produção a partir de 2005. Esta ampliação do cultivo foi acompanhada do aumento da população. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1970 e 2007, a população do município aumentou 127%, ou seja, passou de 35.578 para 80.723 moradores, com fortes taxas de crescimento, sobretudo nos anos 70 (25%), 80 (37%) e 90 (21%). Em 2007, a população distribuiu-se da seguinte forma: 70.660 moradores na zona urbana e 10.063 moradores na zona rural. Considerando-se a População Economicamente Ativa



(PEA) e sua distribuição ocupacional, observa-se que, apesar da concentração urbana da população, o setor agropecuário foi o que absorveu, em 2000, a maior proporção de pessoas, 28%, em termos absolutos 9.391 pessoas.

Quando se examina a composição social da população cuja atividade principal é a agricultura, tem-se uma evidência dos deslocamentos populacionais efetuados em direção ao município e das categorias populacionais que nele se fixam. Observa-se, assim, o predomínio dos mineiros. No entanto, é importante lembrar que no âmbito desta categoria opera localmente uma distinção entre os moradores concebidos como do local e as pessoas originárias do “norte de Minas”. Esta distinção não é captada pelas categorias estatísticas. Tendo como referência o Censo Demográfico de 2000, estes são seguidos de paranaenses (656 pessoas), baianos (227 pessoas), paulistas (185 pessoas), goianos (176 pessoas) e pernambucanos (47 pessoas). Note-se, porém, que a presença da maior parte de baianos no município é mais recente do que a dos demais grupos, ou seja, 72% dos baianos residem no município a menos de 10 anos.

Os dados acima são suficientes para demonstrar a diversidade de origem regional e social das pessoas com presença no município. Mas o que torna significativa a referência a esta origem, efetiva ou presumida, é o fato de ser mobilizada como critério de pertencimento local e identificação social das pessoas. Associados à introdução do café na região e à sua prosperidade, os migrantes “paranaenses” e “paulistas” são, ao lado dos antigos moradores mineiros, tratados como membros da sociedade local. Os termos “de fora” e “migrante” não são aplicados, com o sentido de não pertencimento, a todos aqueles que efetivamente se deslocaram para o município em função do café. Como se depreende do relato da enfermeira, estes termos são utilizados, sobretudo, para designar trabalhadores que se ocupam do cultivo do café e são identificados como



do norte de Minas e da Bahia Do ponto de vista das percepções a respeito do pertencimento local, “mineiros”, “paulistas” e “paranaenses” encontram-se, portanto, numa posição distinta e em oposição ao das pessoas originárias do “norte de Minas” e “baianos”.

Horizonte

Localizado na região norte de Mato Grosso, às margens da BR-163, o município de Horizonte emancipou-se em meados dos anos 80. Na origem do município encontra-se um projeto privado de colonização que data do ano de 1976 e cujos lotes urbanos e rurais são vendidos preferencialmente para pequenos produtores do sul do país. A economia local gira em torno da produção e da comercialização da soja. Segundo dados do IBGE, a população do município, que em 1991 era de 16.107 moradores, atingiu, em 2000, 35.605 moradores e, em 2007, 54.636 moradores. Em 2007, esta população distribuiu-se da seguinte forma: 49.116 moradores na zona urbana e 5.522 moradores na zona rural. Em 2000, a PEA correspondeu a 17.673 pessoas, sendo que 2.979 dedicavam-se às atividades agropecuárias, ou seja, 16,85%.

Este crescimento resultou da chegada ao município de pessoas originárias especialmente dos estados do sul, com destaque para gaúchos e paranaenses. Estes são seguidos de catarinenses, maranhenses e paulistas. Considerando-se o tempo de residência no município, nota-se que gaúchos e maranhenses são os que residem ali há mais tempo.

A presença destas categorias populacionais está expressa nos índices da PEA em 2000. Do total de 17.673 pessoas, observa-se que 66% são originadas dos estados do sul (11.660 pessoas). Estas são seguidas dos naturais de Mato Grosso, 8,40% (1.476 pessoas) e Maranhão 6,20% (1.097 pessoas). O peso dos naturais dos estados do sul é ainda maior





quando se considera a PEA da agricultura, 78,50% (1.372 pessoas), onde se destacam os gaúchos (32,80%), os paranaenses (32,40%) e os catarinenses (13,30%). Estes são seguidos pelos maranhenses, que correspondem a 5,4% (162 pessoas) das pessoas ocupadas na agricultura.

Como em Pequi, a referência à distribuição da população em termos de sua naturalidade é importante uma vez que as origens regionais fazem parte do modo como os grupos sociais se pensam nestes municípios. Mas as classificações estatísticas não equivalem às classificações locais. Em Horizonte, como indicado, a divisão fundamental é a estabelecida entre “sulistas” (também chamados “gaúchos”) e “maranhenses”. A primeira categoria cobre indistintamente as pessoas originárias de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A segunda, os naturais do Maranhão e dos estados do norte e nordeste. Cabe observar ainda que nas duas situações os sentidos atribuídos a essas categorias populacionais e os desdobramentos que têm para suas relações são, em grande medida, determinados contextualmente.

Mas a dinâmica social dos dois municípios permanece incompreensível se considerarmos exclusivamente o universo das pessoas residentes. Para atender às necessidades de trabalho temporário próprias ao cultivo do café, em Minas, e da soja, em Mato Grosso, os produtores recorrem tanto à mão de obra disponível em localidades próximas às áreas de cultivo quanto àquela proveniente de regiões mais distantes. Anualmente, conforme o ciclo agrícola, trabalhadores chegam aos municípios para a realização de trabalhos em propriedades já definidas ou em busca de uma oportunidade. Findo o trabalho, retornam aos seus locais de origem ou dirigem-se a outras regiões, onde se concentra outro tipo de cultivo, para a realização de mais um período de trabalho temporário.⁹ Estes trabalhadores – que permanecem temporariamente ou, eventualmente, fixam residência no município – são identificados, pelos grupos que reivindicam o pertencimento à localidade e também pela administração





MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

pública, através de termos como “trabalhador migrante”, “trabalhador temporário”, “migrantes”, “pessoas de fora”, “forasteiros”, “nordestinos”, “baianos”, “maranhenses” e “trabalhadores desqualificados”. Apesar dos elementos específicos em jogo em cada uma das situações em que os termos ganham seu pleno significado, eles acentuam igualmente a condição de externalidade destes trabalhadores em relação à sociedade local.¹⁰

Cabe ainda mencionar que a complexidade das relações envolvidas nessas classificações vai além de uma aparente contraposição entre as categorias social e economicamente privilegiadas (produtores, comerciantes e empresários “mineiros”, “paulistas”, “paranaenses” ou “sulistas”) e desprivilegiadas (trabalhadores do “norte de Minas”, “baianos” ou “maranhenses”). Como argumentam Heredia, Leite e Palmeira, por um lado, entre os próprios trabalhadores envolvidos na produção do café em Minas e da soja em Mato Grosso encontram-se “paulistas”, “paranaenses” e “sulistas” e, por outro, nota-se no interior do universo dos produtores e dos trabalhadores uma grande diversidade de ocupações e posições sociais (2010, p. 171).

Ainda no que diz respeito à origem social das pessoas presentes nestes municípios e às classificações sociais em termos de pertencimento local, cabe mencionar que estes são aspectos significativos quando se consideram as hierarquias sociais, o direito de acesso aos serviços públicos, os conflitos, a distribuição territorial dos moradores, as percepções sobre o modo de vida local e as medidas adotadas pela administração pública nas localidades.

Se os dados demográficos são uma indicação das categorias populacionais em termos de suas origens regionais e de seu peso quantitativo nos municípios é, porém, na preocupação com o controle sobre o território e o destino da coletividade que se pode encontrar uma explicação mais satisfatória para como as classificações locais regulam as relações





sociais e as categorias tidas como não locais são objeto das políticas públicas municipais.

O “migrante” como problema público

Não são muitas as análises disponíveis sobre as ações das administrações públicas em municípios cujas dinâmicas econômicas têm atraído trabalhadores em busca de emprego ou trabalho que complemente sua renda. Há, porém, indicações, por exemplo, de que medidas restritivas ao ingresso de pessoas nas “fronteiras municipais” têm sido adotadas. Referindo-se a um artigo publicado na revista *Veja-Rio Grande do Sul* em 1993, C. Vainer observa que “é crescente, no Brasil, o número de prefeituras que vêm desenvolvendo políticas e ações concretas seja para impedir a entrada de migrantes no município, seja para expulsá-los – ou, se se preferir, *induzi*-los a seguir viagem ou retornar à origem” (Vainer, 1996, p. 8). Ainda segundo o autor, essas ações também são observadas no Triângulo Mineiro, no centro-oeste e interior dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Em trabalho sobre os “albergues” para “migrantes” mantidos por prefeituras do interior de São Paulo, V. Aranha constata que “determinados tipos de migrantes passaram a fazer parte do discurso do poder público municipal das cidades interioranas” (Aranha, 1996, p. 25). A partir destes registros observa-se, portanto, que nestes contextos são implementadas políticas públicas que se distinguem pela preocupação com a presença e a vigilância dos “migrantes”.

De modo geral, esta inquietação dos administradores pode ser identificada também em localidades de Mato Grosso. Como boa parte dos municípios recentes na área do cerrado tem sua origem em projetos públicos e privados de colonização, o controle sobre a venda de lotes rurais e urbanos torna-se um instrumento de seleção da população lo-



cal. Referindo-se especificamente aos primeiros momentos de formação do município de Horizonte, A. J. C. Fernández informa que a colonizadora responsável realizava uma triagem dos compradores e dava preferência aos “sulistas”. Para os “negros”, por sua vez, foi delimitada uma área que veio a se constituir no bairro Bom Jesus. O acesso de “negros” aos lotes, segundo depoimento obtido pelo autor, era interdito pelo próprio proprietário da colonizadora, que “não vendia terra para gente de cor”. A utilização, em 2001, de ônibus escoltados por policiais para transportar trabalhadores “maranhenses” até a divisa do estado do Pará é também mencionada (Fernandez, 2007, pp. 188-189).

Outro caso, a criação do município de Sapezal, relatado por Carlos A. F. Silva (2003), também ilustra o controle exercido sobre a população em nome do ideal de formação de uma cidade sem as marcas da pobreza, representada pelos trabalhadores empregados temporariamente nas lavouras. No município, uma empresa agrícola detém a propriedade das terras e dos lotes situados no perímetro urbano. De acordo com um diretor citado pelo autor, para “evitar o desenvolvimento de bolsões de pobreza”, a venda de lotes é feita a partir de uma “triagem pelo bolso” (Silva, 2003, p. 201). Como também lembra Silva, medidas para restringir a fixação de trabalhadores pobres no município são adotadas pelo prefeito. Os objetivos destas medidas foram claramente anunciados pelo prefeito em uma entrevista concedida à revista *Fortuna*: “Os pés-chatos também não podem permanecer aqui (a não ser em períodos definidos para o trabalho temporário nas lavouras). Gerariam pobreza e conflito social. Por isso, não criamos incentivos de fixação e restringimos a sua instalação e permanência na cidade quando possível” (*apud* Silva, 2003, p. 201). Admitidos apenas na condição de trabalhadores temporários, estes trabalhadores são, portanto, dissuadidos de permanecer no município.



A definição de trabalhadores tidos como não pertencentes à sociedade local como um problema público pode ser observada tanto em Pequi quanto em Horizonte. Esta percepção é partilhada por moradores e autoridades das administrações municipais.¹¹ De modo geral, a presença temporária e a fixação destes trabalhadores nos municípios são entendidas como fonte de problemas sociais.

Como indicam os dados demográficos de Pequi, a exploração da área de cerrado está associada à chegada ao município de pessoas de diferentes regiões. Do ponto de vista de antigos moradores mineiros e autoridades da administração pública, a fixação de “paranaenses” e “paulistas” no município não é descrita como um processo que tenha gerado problemas para a vida local. Referidos à introdução do cultivo do café, são tidos como fomentadores do crescimento do município, sendo objetos de homenagens e reconhecimento em solenidades públicas, como o desfile oficial que integra as comemorações de aniversário do município. Quando se pensa a respeito da presença destas categorias sociais na sociedade local, é enfatizada sua integração à “comunidade” e “participação ativa na vida social”. A este respeito, o então procurador do município, que esteve à frente da comercialização de terras quando do início da implantação do café e é um dos fundadores de uma importante associação de cafeicultores da região, ressalta que “paranaenses” e “paulistas” participam dos clubes de lazer, de serviços e casam-se com membros de famílias do município.

Os problemas gerados pela introdução do café são associados aos trabalhadores contratados nos períodos da safra e, sobretudo, àqueles que decidem permanecer no município. Estes trabalhadores deslocam-se do norte do Paraná, do interior de São Paulo, de Goiás e, mais recentemente, do “norte de Minas” e Bahia. Eles são considerados pessoas de baixos poder aquisitivo e nível cultural e são, segundo o procurador, os que desencadeiam “vários problemas” para a “administração” e o



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

“ambiente social”. Mas quando se considera a naturalidade dos que são responsabilizados por esses problemas, constata-se que eles são atribuídos às pessoas do “norte de Minas” e Bahia. É particularmente nos círculos sociais controlados por produtores, empresários e comerciantes “mineiros”, “paranaenses” e “paulistas”, cujas residências se concentram no “centro” do município, que se observa que essa representação sobre tais trabalhadores tem mais força.

O surgimento no município de uma população que passa a depender da administração municipal é, por sua vez, no entender da então secretária de Ação Social, uma consequência indesejada do café. Criada numa família tradicional de agropecuaristas do município e tendo exercido cargos no Legislativo e no Executivo municipais, ela atribui aos produtores do café, que não providenciam o retorno dos trabalhadores, parte da responsabilidade pela situação das famílias de trabalhadores no município. No seu entender, a riqueza produzida pelo café, que segundo ela se concentrou nas mãos de poucos, simultaneamente “gerou um problema social que não tínhamos antes”. A defesa e a adoção de medidas favoráveis a esses trabalhadores por parte da Secretaria é uma evidência, por sua vez, da existência de visões e posicionamentos concorrentes no interior das classes produtoras e grupos dirigentes.

A vinculação dos trabalhadores “migrantes”, que se concentram particularmente no bairro Poeira, aos crimes contra o patrimônio e ao sentimento de insegurança é recorrente. É o que ocorre, por exemplo, no primeiro comentário que me foi feito a respeito destes trabalhadores pelo ex-secretário de Ação Social, durante uma conversa casual no hall da prefeitura, quando explicitarei meu interesse pelas ações da Secretaria a eles dirigidas. Suas primeiras palavras foram de que eles constituem um “foco de problemas” e relata em seguida o roubo do som do carro de sua esposa ocorrido há poucos dias, em plena luz do dia, em uma rua do centro. Na sede da associação de cafeicultores da região, localizada em





um bairro central e próximo à prefeitura, o temor de uma funcionária de ter seu veículo roubado fez com que deixasse de ir de carro ao trabalho. Ela justifica sua decisão referindo-se ao roubo de dois automóveis ocorridos no estacionamento da associação, um deles tendo sido encontrado no bairro Poeira pronto para ser desmontado.

Os julgamentos e os cuidados mencionados acima são suficientes para demonstrar como a presença de certa categoria de trabalhadores empregada no cultivo do café é vista como uma fonte de problemas sociais no município. A questão não se resume ao fato de se ser natural do município ou “de fora”, pois entre os trabalhadores se encontram também paulistas, paranaenses e goianos, mas, essencialmente, ao modo como são percebidos. Cabe observar que a primeira intervenção do poder público para acolher a “população flutuante” no final dos anos 70 contemplou, sobretudo, trabalhadores paranaenses. Trata-se, portanto, de uma questão de percepção partilhada a respeito dos trabalhadores que foram reunidos no bairro Poeira. E por historicamente concentrar e acolher boa parte dos trabalhadores originados do “norte de Minas” e Bahia, o bairro Poeira é aquele que simboliza a presença destes no município e sintetiza as avaliações negativas que recaem sobre eles.¹²

Em Horizonte, como indica o relato do comerciante, prevalece uma divisão entre os chamados “sulistas” e “maranhenses”. Isto pode ser percebido nos julgamentos de comportamentos, distribuição espacial dos moradores e formas de sociabilidade, divisão caracterizada, na verdade, por uma grande distância social.

A relação entre “sulistas” e “maranhenses” remete particularmente ao modo como os primeiros concebem seus vínculos com a localidade. Nas conversas mantidas com moradores “sulistas” mais antigos, os primeiros anos de formação do município constituem uma espécie de tema obrigatório. Nelas alguns itens são recorrentemente mencionados: as dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores, a disposição para con-





MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

ceder ajuda mútua e a participação (com trabalho e dinheiro) em medidas de implantação de serviços coletivos (água, telefone, eletricidade, asfalto etc.). Estes elementos integram uma espécie de mito inaugural, no qual são acentuados os valores da autogestão e da participação dos moradores na construção do município. Esta visão sobre a formação do município, da qual são excluídos os não “sulistas”, contribui para fortalecer o sentimento partilhado pelos “sulistas” de que são os responsáveis não só pelo passado, mas também pelo futuro do município. Como sumariza o depoimento a seguir, fornecido por um dos herdeiros e atualmente responsável pela empresa de colonização que está na origem do município e que segue comercializando terras, em Horizonte a organização da “sociedade” antecede a do poder público.

O que vocês precisam entender para entender nossa cabeça é que nós chegamos antes do governo, do progresso, de tudo. Primeiro vieram as pessoas e nós promovemos essas melhorias. Elas só ocorreram porque as pessoas que estavam aqui resolveram que elas deveriam ocorrer. Nada veio gratuitamente. Tudo dependeu de muito esforço. Como hoje se buscou a agroindústria, lá trás buscou-se a energia, um gerador, um poço de água, asfaltamento da BR. Tudo foi conquista da sociedade. Tudo era assim. [...] Nós fizemos o desenvolvimento. Nada veio antes da sociedade. Tudo veio depois da comunidade instalada. Isso deu uma força muito grande à comunidade.

A condição de “pioneiros” e os investimentos (econômicos e em serviços) efetuados justificam as pretensões em termos de controle sobre a construção do que concebem como uma sociedade ideal. Nesta, os “maranhenses” são pensados como um problema à medida que representam a pobreza, o trabalhador não qualificado, o comportamento anômico (a preguiça, o alcoolismo, a liberdade sexual, o abandono dos filhos, a falta de asseio, a violência etc.), possuem outra “cultura” e são



definidos como “negros”. Incorporados inicialmente ao município como mão de obra na agricultura e na construção civil, os “maranhenses” – e aqueles que de certo modo eles encarnam – constituem uma presença indesejável e são vistos como fonte dos principais problemas sociais existentes.

A chegada de novos trabalhadores ao município, especialmente das áreas de garimpo e exploração de madeira do norte de Mato Grosso e Maranhão, é uma preocupação da administração municipal explicitada, em nosso primeiro contato, pelo secretário de governo, nascido em Sarandi (RS) e morador no município desde 1983. Ele aguardava a chegada de um jornalista da revista *Veja*, que preparava um número especial sobre municípios que haviam sido matéria há 10 anos. Ele temia que a reportagem estimulasse, como fez antes ao apresentar o local como um “novo Eldorado”, o deslocamento para o município de “trabalhadores desqualificados” que não têm, no seu entender, como ser absorvidos. A situação é tida ainda como mais adversa do que em anos anteriores devido às mudanças ocorridas no sistema de plantio com a ampliação da mecanização e a demanda de mão de obra qualificada, esta sim necessária. A presença dos trabalhadores “não qualificados” é entendida como uma forma de ampliação do desemprego e da pobreza.

A questão da chegada de trabalhadores do “nordeste” ao município e a criação de uma população de desempregados são mencionadas também pela coordenadora do Departamento de Cultura, natural do Rio Grande do Sul e moradora de Horizonte desde 1989. Ela afirma ter testemunhado “centenas de ônibus chegando e despejando ‘nordestinos’ para fazerem o trabalho ‘sujo’”. Estes trabalhadores deslocam-se para o município estimulados por propagandas oficiais cujo propósito é suprir a falta de mão de obra local. Segundo ela, reza a “lenda” que, no início, o recrutamento levava em consideração “a cor das pessoas”. A formação de periferias no município, onde se concentra a população pobre e pre-



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

dominantemente de origem não “sulista”, é atribuída à presença destes trabalhadores e especialmente àqueles que não foram integrados ao mercado de trabalho.

Cabe observar que, como o comerciante, ela reconhece que há um forte preconceito dos “gaúchos” em relação à população pobre que se desloca de estados das regiões Norte e Nordeste. Referindo-se à sua rede de conhecidos “sulistas”, ela observa que estes vivem isolados no centro (“numa bolha”) e não conhecem os demais bairros; que ela mesma só passou a conhecê-los quando assumiu a função no Departamento de Cultura. Apesar de integrar os círculos “sulistas” e descrevê-los como pessoas boas, dispostas a ajudar, tem em relação a eles uma visão crítica. Lembra que “eram um bando de colonos, sem informação e que enriqueceram nos últimos 15 anos”. Quanto às amigas, diz que estão irreconhecíveis devido às plásticas (“estão todas gatinhas”). A respeito dos encontros no Centro de Tradição Gaúcha (CTG), considera “tudo muito chato”. Esta sua posição sobre os “gaúchos”, como a do comerciante, se explica em parte pelo fato de não pertencer propriamente ao círculo dos produtores (seu marido é dentista).

A segregação espacial dessas populações – incorporada ao vocabulário local utilizado para descrever a cidade e a divisão entre os dois lados da BR 163 (“lado de lá, lado de cá”; “cidade de lá, cidade de cá”) – tem sua expressão também em termos econômicos e raciais. Segundo a coordenadora, a barreira principal entre os grupos é de fato econômica: “O problema não é contra preto, é contra pobre”. Mas manifestações de racismo e preconceito são públicas no sentido de que reconhecidas e verbalizadas também por aqueles que são objeto da discriminação. Às indicações já apresentadas acima acrescento as experiências e as percepções de um professor e de uma professora. O primeiro nasceu no interior de São Paulo, onde o pai plantava café até perder tudo numa geadada. Chega sozinho ao município em 1983 e desde então leciona. Observa



que sobre os “maranhenses” os “sulistas” alegam que são “vagabundos” e “não trabalham”. Em sala de aula, quando acontece alguma coisa, diz-se que foi um “maranhense”. Na cidade, quando algo de ruim ocorre, atribui-se a responsabilidade aos moradores do bairro São Nonato”. A professora é de Cuiabá e, quando do relato, vivia há 12 anos em Horizonte. Ela recorda com forte ressentimento situações em que foi discriminada e resume o que acredita ser a visão dos “sulistas”: “Então, eles acham assim, que preto, pobre, mulher e cuiabana, como muitas sabem que eu sou, só serve pra ser cozinheira, faxineira, prostituta, ou então eles acham assim que você não tem a mesma capacidade intelectual que o branco tem, então, a nossa luta é muito grande” (*apud* Custódio, 2005, pp. 108-109).

Como no caso de Pequi, os casos de violência e roubo são atribuídos comumente aos moradores de bairros periféricos ou a pessoas que estão de passagem pelo município em busca de uma oportunidade. A coordenadora do Departamento de Cultura lembra particularmente os furtos (de bicicletas, tênis e bonés) cometidos contra os “jovens ricos”, moradores do centro da cidade, pelos “jovens pobres”. Nos termos dela: “Se os meninos andarem de bicicleta com o boné bom aqui, os pretinhos arrancam. O povo aqui do centro não pode usar, senão é assaltado”. O sentimento de insegurança experimentado por esse segmento de moradores é revelado em outro comentário, quando lembra que “teve uma época que dava medo”.

Nos dois municípios observa-se, portanto, como categorias populacionais classificadas como externas pelos moradores que reivindicam o pertencimento local são associadas a problemas sociais, como pobreza, desemprego, violência, insegurança, demandas por serviço público, ameaça a valores grupais (como o trabalho, a cooperação mútua e o cuidado da família) e redução da qualidade de vida. Elas são, por sua vez, alvo de medidas da administração pública municipal. Ao focar a



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

seguir algumas destas medidas dirigidas a esses trabalhadores e relativas à fixação territorial, julgamento sobre “manifestações culturais” e controle sobre a circulação nos municípios, procuro demonstrar como contribuem para reforçar as divisões sociais e as relações de segregação social observadas nas duas situações.

Administração pública e gestão de trabalhadores “migrantes”

Políticas de assentamento de populações e segregação espacial

As representações sociais sobre a distribuição espacial dos moradores nas duas cidades revelam que a separação dos grupos sociais em bases territoriais é uma dimensão importante de sua organização social. Como argumenta P. Bourdieu ao refletir sobre a relação entre espaço físico e espaço social (1999), as oposições e as distâncias espaciais exprimem e atualizam, nestas duas situações, as distâncias sociais entre, num caso, “mineiros”, “paranaenses”, “paulistas”, mineiros do Norte e “baianos” e, no outro, “sulistas” e “maranhenses”. Assim, os bairros nos quais se concentram os trabalhadores do “norte de Minas” e Bahia, em Pequi, e dos “maranhenses”, em Horizonte, além de separados fisicamente dos bairros onde se concentram os moradores com maiores recursos sociais e econômicos, são também alvo de julgamentos estigmatizantes, como a ideia de que concentram pessoas preguiçosas e perigosas. O que cabe assinalar é que a segregação territorial que experimentam os moradores destes bairros resulta em grande medida do tipo de intervenção promovida pelo poder público visando ao assentamento destes moradores e ao ordenamento espacial dos municípios, que à primeira vista não tinha como propósito em sua origem produzir este efeito.





Como observa o procurador do município de Pequi, a “acomodação” dos trabalhadores que se dirigem ao município para o trabalho nos cafezais trouxe e continua trazendo “problemas”. Isto tem desencadeado medidas da administração pública, como a construção de loteamentos populares, programas habitacionais e transferência de moradores para diferentes áreas do município. A criação do bairro Poeira inscreve-se nessas medidas.

O loteamento que está na origem do bairro foi oficialmente criado em 1990. Para isso, foi utilizada uma área de um Parque Florestal distante alguns quilômetros, e separado do núcleo urbano por uma BR. Neste se concentram o comércio, os serviços públicos, residências dos antigos moradores (especialmente mineiros) e de produtores (paranaenses e paulistas), que se destacam pela arquitetura moderna, tamanho e equipamentos de segurança. Hoje em dia, a distância é percorrida pelo transporte coletivo em cerca de 20 minutos. A separação física do bairro é notória.

A área foi dividida em lotes de 180 m² e 270 m². Inicialmente, foi dada prioridade ao assentamento de moradores que ocupavam um antigo loteamento situado em um terreno inadequado e de pessoas instaladas em “casas de fundo de quintal” e “invasões” distribuídas pelo centro do núcleo urbano. O efeito na paisagem do centro da cidade promovido pela remoção das pessoas é observado por um técnico do setor da habitação da prefeitura ao lembrar que a “cidade parece que abriu”. Entre as pessoas transferidas para a área predominam antigos moradores da zona rural instalados na cidade e pessoas originárias de outras regiões e do próprio estado, que passaram a residir no município em função do trabalho com o café. Para ter direito ao lote, o candidato deveria atender, entre outros, aos seguintes critérios: que estivesse inscrito no cadastro da prefeitura, com residência fixa há pelo menos 12 meses no município, sem bens imóveis em seu nome, que iniciasse a construção da casa





MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

num prazo de seis e a finalizasse em 24 meses, e se comprometesse a residir no imóvel e a não vendê-lo no prazo de cinco anos.¹³

Os primeiros anos do novo bairro são marcados pela falta de infraestrutura, como água, saneamento, luz e ruas calçadas. Os moradores vivem primeiramente em barracas de lona. Uma senhora, há 18 anos no bairro, afirma que seu barraco de lona preta foi o primeiro do Poeira. Antes de se fixar no bairro morava de aluguel e em fazendas. Recorda-se que nesse período a prefeitura montou um barracão no qual era distribuída sopa para as pessoas. Ao longo dos anos, o bairro seria objeto de várias intervenções do poder público, através de programas de moradias, calçamento de ruas, luz, saneamento e serviços, como uma escola municipal e um posto de saúde.

No bairro, desde os primeiros anos, são recrutados trabalhadores para o café. Comboios de caminhões circulando e nuvens de poeira são lembranças comuns dos moradores nesse período. Na época da safra, ainda hoje, o bairro é o que acolhe a maior parte dos trabalhadores, que não se instalam nos alojamentos das fazendas ou nos hotéis disponíveis na cidade.¹⁴ “Mineiro”, morador há 16 anos no bairro, casado com a filha de um apanhador de café “paranaense” e técnico do setor de habitação, observa que boa parte de seu trabalho na área consiste em regularizar os “puxadinhos”. Como que ratificando as representações dominantes sobre o lugar, diz que se mudou recentemente, mesmo tendo um grande prejuízo na venda da casa, após ter sido roubado e a filha ter ficado traumatizada.

Dentre os vários loteamentos populares criados pela administração municipal, o bairro Poeira é aquele ao qual são associados mais diretamente os trabalhadores oriundos de outras localidades e o que é objeto da pior reputação. Entre outros fatores, contribui para isso a ideia, amplamente difundida, de que o bairro concentra pessoas desocupadas, com comportamentos morais reprováveis, e apresenta altos índices de





criminalidade e violência. Essa visão sobre o bairro é partilhada pela Polícia Militar. Há seis meses no município, o major reconhece que devido à sua história o bairro é “apartado”, “segregado fisicamente” e que seus moradores são alvo de preconceito. Apesar do seu distanciamento em relação às representações locais, informa que boa parte dos crimes contra o patrimônio que ocorrem no centro é cometida por moradores do bairro e que, portanto, este é o primeiro local “rastreado” pela polícia quando são feitas ocorrências.¹⁵

Para entender a posição do bairro em Pequi, cabe acrescentar que há no município diferentes bairros onde trabalhadores pobres residem e outros, inclusive, considerados como mais perigosos, mas o pecado do bairro Poeira parece consistir, como resume a enfermeira, em reunir trabalhadores pobres tidos como “de fora” do município.

Em Horizonte, a clivagem envolvendo “sulistas” e “maranhenses” tem sua expressão territorial na oposição entre a área onde residem predominantemente os “sulistas” – identificada como o “centro” ou a “cidade”, cujos lotes foram comercializados pela empresa colonizadora – e a área ocupada nos anos 90, especialmente por trabalhadores oriundos do Maranhão, o bairro São Nonato, considerado o primeiro bairro popular no município. O bairro torna-se símbolo e contribui para cristalizar as principais polarizações sociais e políticas do local.

A regularização e a transformação da área ocupada em um bairro não têm o apoio dos “sulistas”, que passam a fazer oposição ao prefeito cujo nome está na origem do nome do bairro. Cuiabano, o prefeito chega ao município no início dos anos 80, como técnico agrícola. Guarda dos primeiros anos grande ressentimento pelo fato de ter sido alvo sistemático de preconceito. Era chamado de “preto”, o que o fez cogitar, em várias ocasiões, em retornar a Cuiabá (“não aguentava a vida por aqui”). Inicialmente, com o apoio dos “sulistas”, elege-se vereador em 1986 e prefeito em 1989. Posteriormente, reelege-se mais duas vezes, mas já



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

em campo oposto ao dos “sulistas”, grupo do qual se afastou em razão da criação do bairro, e passa a ser acusado de favorecer a fixação dos “maranhenses”. Assim, atualiza-se na política a clivagem observada econômica e socialmente entre “sulistas” e “maranhenses”.

Como em Pequi, são criados no município, sobretudo em áreas distantes do “centro” e das áreas nobres em que se multiplicam loteamentos para classes médias e altas, bairros que concentram trabalhadores de diferentes regiões, inclusive “sulistas”, que se dirigem ao município em busca de uma oportunidade.¹⁶ Apesar de suas origens regionais e da situação de privação em que vive boa parte de seus moradores – que dependem em grande medida dos programas de assistência social e das cestas básicas distribuídas pela prefeitura e das ações de filantropia de entidades religiosas e privadas – estes bairros não ocupam nas representações locais posição homóloga à de São Nonato.

Tendo em mente a questão da relação da administração pública com esses bairros, cabe observar ainda que, como em Pequi, não seria correto falar em uma negligência do Estado em relação aos mesmos, mas numa certa forma de presença. Medidas voltadas para a oferta de infraestrutura (saneamento, água e calçamento) e serviços públicos (como escola e postos de saúde) podem ser observadas nessas áreas. São Nonato, por exemplo, conta com escola municipal, posto de saúde, posto policial e ruas urbanizadas.

Construídas administrativa e politicamente, as divisões territoriais em Horizonte ganham um contorno legal em seu Plano Diretor, o que não ocorre em Pequi. Aprovado em 2005, ele divide a cidade em zonas: industrial, residencial, comercial, interesse social etc. As áreas de interesse social, destinadas a loteamentos populares, foram localizadas nas regiões periféricas do município. Os bairros situados na região de São Nonato, apesar de definidos como zona residencial, estão próximos da zona industrial. O argumento dos técnicos que elaboraram o Plano é o de que,





em se tratando de zona industrial, haverá necessidade de operários e que, portanto, os moradores desses bairros já se encontrariam próximos da área, especialmente se for considerado que inexistente transporte coletivo no município. A definição das zonas habitacionais foi acompanhada ainda do estabelecimento da área mínima dos lotes e do tamanho da construção. Áreas nobres têm lotes de no mínimo 400 m² e 600 m² (em 2008, custavam em torno de R\$ 40 mil e R\$ 60 mil) e as construções devem ter no mínimo 100 m². Evidentemente, as exigências são uma forma de assegurar, através de critérios econômicos, a seleção dos moradores destas localidades. Com medidas de tal natureza, fixam-se condições para a separação física e social dos grupos.

Ao assegurar as condições para a fixação de parcela dos trabalhadores nos municípios através da criação dos bairros, a administração pública contribui para cristalizar a segregação territorial de seus moradores. A separação física de residências em Pequi, por um lado, entre “mineiros”, “paranaenses” e “paulistas” e, por outro, entre mineiros do norte e “baianos” e, em Horizonte, entre “sulistas” e “maranhenses” é um item da distância social que funda a relação entre estas categorias sociais. A concentração destes moradores aos quais são associados atributos negativos favorece sua estigmatização, como argumentam, entre outros, Elias e Scotson (2000) e Bourdieu (1999).

Mas cabe observar de passagem que a segregação dos dois bairros tem à primeira vista um efeito distinto sobre o cotidiano de seus moradores. No Poeira, a percepção dos próprios moradores do bairro como um local violento e a desconfiança em relação aos seus vizinhos e a “desconhecidos” reduzem os espaços de sociabilidade. Os contatos, portanto, são mínimos. Como demonstra Novaes (2011) a partir de suas visitas aos moradores do bairro, as relações entre eles tendem a ser mediadas pelo parentesco e por vínculos religiosos. Festas e bailes são evitados pelo temor de que provoquem distúrbios e violências. É significativo do pon-



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

to de vista da circulação das pessoas que a própria pesquisadora tenha, por recomendações, evitado permanecer no bairro durante a noite.

Em São Nonato, pontos de encontro de conhecidos, relações de vizinhança, ruas que concentram lugares de diversão e bailes integram o cotidiano dos moradores. As referências à violência no bairro pelos próprios moradores tendem a ser associadas a um local tradicional onde ocorrem regularmente os bailes, também frequentado pelos “gaúchos”, mas que, segundo a divisão político-administrativa, está situado no bairro ao lado. O que gostaria de ressaltar aqui a partir dos dados reunidos por Prestes (2010) em seu estudo sobre um bairro contínuo ao de São Nonato é a importância dada pelos moradores às redes de vizinhança, “conhecidos” e parentes. Compreender essas relações, especialmente as de vizinhança, tornou-se uma das preocupações da própria autora. Em seu relato sobre os moradores e o bairro, a violência e a desconfiança são elementos praticamente ausentes. Trata-se, portanto, de duas configurações distintas a despeito da condição comum dos dois bairros em termos de sua segregação territorial.

Políticas culturais e produção de diferenças

Avaliações negativas sobre o modo de vida e o comportamento moral do conjunto de moradores dos bairros Poeira e São Nonato, e daqueles que com eles são identificados constituem outro item do distanciamento social de que participam os grupos sociais nestas duas localidades. Este distanciamento evidencia-se quando se considera o que se passa na dimensão mais oculta dos gestos, dos sussurros e comentários com tons de discriminação racial e cultural. O processo de estigmatização desses moradores envolve, como exemplifica o relato do comerciante sulista, a observação e a seleção de detalhes comportamentais, linguísticos, ali-



mentares, sexuais e estéticos que passam a funcionar nesses contextos como signos depreciadores daqueles nos quais são identificados.¹⁷

É o que se observa também nos comentários efetuados espontaneamente, enquanto assistia à TV e fazia seu artesanato, por uma “paranaense”, responsável por uma associação de artesãos e moradora de Horizonte desde 1979, sobre os “cuiabanos” e os “maranhenses”. Ela dizia se sentir “extremamente incomodada” com a preguiça deles. Observa que as “mulheres de lá” [referindo-se ao outro lado da BR] mal arrumam a casa, mas reconhece que “ao menos suas comidas são muito cheirosas”. O cuidado da casa continua em foco ao dizer que elas areiam as panelas no jirau e não dentro de casa, ficam brilhosas e são expostas nas prateleiras. Mas às 16 horas, acrescenta, param tudo, tomam banho e se pintam para esperar os maridos chegarem do trabalho. As variações linguísticas e as preferências alimentares são mencionadas em tom depreciativo. Imita a pronúncia dos cuiabanos quando falam peixe com maxixe. Alega que jamais viu pessoas comerem tanto peixe. Em seguida, a menção é à forma de trabalho. Brinca que os cuiabanos são lentos, que quando plantam mandioca quebram o galho e botam no mesmo buraco para nascer de novo e, quando chegam à última raiz, já têm tudo nascido outra vez.

Processos como este de demarcação de diferenças no modo de andar, trabalhar, cuidar de si e da família, comer ou se divertir são significativos no contexto das interações entre as diferentes categorias populacionais nos dois municípios. Mas o que gostaria de focar aqui é como medidas da administração municipal se inscrevem nesses processos de demarcação de diferenças tidas como culturais.¹⁸ Para isso, remeto a uma iniciativa do poder público em Horizonte. Com o intuito de valorizar as “culturas mato-grossense e nordestina”, o Departamento de Cultura de Horizonte, subordinado à Secretaria de Educação, deu andamento a um projeto de resgate destas “tradições”. Observa-se, no entanto, que



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

mais do que resgatar uma “tradição” que se perde, os esforços da coordenadora do Departamento, mencionada acima, e dos envolvidos no projeto são mais bem compreendidos quando pensados em termos de investimentos para a criação de estereótipos dessas “tradições”. Dentre as iniciativas apoiadas pelo Departamento, menciono aqui a chamada Festrilha, cujo propósito é a valorização da “tradição nordestina”.

Inspirada na festa de São João, a Festrilha começou a ser realizada em 2005, com o apoio da prefeitura, nas ruas de um bairro vizinho a São Nonato. A festa é idealizada e organizada por um “maranhense”, com pouco mais de 30 anos, que passou a residir no município em 1993. Ele afirma que já havia apresentado a proposta da festa à ex-secretária de Educação, mas sua resposta foi que “a cidade de Horizonte não tinha espaço para nordestino”. Em Horizonte, em função de seu gosto por danças e festas, paralelamente a outras atividades, ele trabalhou com a animação musical de bares e boates em São Nonato. Nos últimos anos, tem participado da organização de festas juninas nas escolas municipais.

O relato da coordenadora do Departamento de Cultura sobre a festa chama a atenção para o modo como os elementos tidos como próprios da “tradição nordestina” vão sendo delineados. A respeito das quadrilhas diz que foram ficando com “cara de nordeste”. Em 2005, lembra que fizeram um boi para a festa do Bumba meu Boi, mas ele não pôde ser utilizado devido ao seu peso. Para produzir a encenação, como não conheciam, foi necessário realizar um trabalho de pesquisa. Nas ruas ficam as barracas de comida, algumas com pratos nordestinos, e bebida. Ela considera a festa precária e por isso afirma que “ainda não tem um padrão para aqui”, referindo-se aos moradores “sulistas” do centro da cidade que não comparecem à festa.¹⁹ Mas ela ressalta também a ausência de representantes da prefeitura, que não estiveram presentes nem mesmo na inauguração da festa.



O organizador da festa reforça a ideia de que a proposta é promover uma festa nordestina, mas reconhece que tem dificuldade para mobilizar as pessoas. A preparação tem início após o Carnaval, quando nas escolas são organizadas as quadrilhas e começam os ensaios. A festa consiste em shows de dança (quadrilha e Bumba meu Boi), bailes para o qual são convidados artistas de fora, barracas com comidas típicas (paçoca, panelada, buchada de bode etc.) e barracas de brincadeiras (como pescaria). O problema, segundo o idealizador da festa, é que as pessoas não consomem as comidas típicas, preferem cachorro-quente: “Não compram porque preferem outra coisa, não têm costume. Não comem isso no dia a dia”, o que demonstra a falta de apreço das pessoas pelo que se considera ser a sua “tradição”.

A ausência dos “gaúchos” na festa é motivo de ressentimento para seu organizador. A preocupação em incorporá-los está presente em medidas adotadas com o objetivo de criar as condições para que eles compareçam – como a organização de um estacionamento, de um esquema de segurança e a inclusão de uma banda do Paraná. Uma espécie de gesto de aproximação por parte daqueles que são sistematicamente excluídos.²⁰ Ele se diz ainda “magoado” por ter observado em uma loja do centro o comerciante, após concordar em fixar o cartaz da festa, rasgá-lo logo depois que seu ajudante se retirou (“o preconceito é muito grande”). Quanto à festa, ele chega a afirmar que de nordestina ela só tem o nome, pois há uma preocupação com a “agregação de todos os valores”: “Não pensamos somente em nós, pensamos em todos. A intenção é levar todo mundo prá lá”. E remetendo ao que considera uma visão dos moradores do centro sobre os “nordestinos”, ressalta que nunca aconteceu uma briga lá dentro: “Eles criticam muito o nordestino: ‘safado’, ‘ignorante’. Não é não. Nós gostamos é de brincar”. E lembra que no “Nordeste não existe o branco e o preto. Lá são todos iguais. Pesquisa na internet e vê”.



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

A visão de que “sulistas” e “nordestinos” possuem culturas distintas contribui em grande medida para naturalizar e cristalizar as posições sociais dos grupos no município. Serve, entre outros aspectos, para explicar a distância social e as tensões entre os “sulistas” e os trabalhadores originários de outras regiões, especialmente aqueles reunidos sob a rubrica de “maranhenses”, que têm em comum, sobretudo, as marcas da pobreza.

Como revelam as ações de estímulo à Festrilha, o que se tem como “tradição nordestina” faz mais sentido no esquema de percepção e julgamento dos segmentos “sulistas” do que entre aqueles a quem se atribui a “tradição”. Por uma espécie de paradoxo, a boa intenção da coordenadora do Departamento de Cultura e do idealizador da festa de investirem na valorização da “tradição nordestina”, que na prática consiste na tentativa de reprodução de estereótipos variados sobre a “cultura nordestina” (como Bumba meu Boi e Festa de São João), resulta na associação dessas populações a práticas, costumes, músicas e alimentos desvalorizados pelos “sulistas”, ou seja, que ocupam uma posição dominada no sistema de gostos, preferências e lazer local.

Assistência e controle social

Quando se observam as políticas públicas de assistência social implementadas nestes dois municípios, constata-se que boa parte de suas ações (concessão de lotes e moradias, distribuição de cestas de alimentos, programas de renda, cursos de qualificação profissional etc.) é dirigida às categorias de trabalhadores pobres que ocupam bairros como os de Poeira e São Nonato.²¹ Dentre estas ações, identificam-se também medidas que, descritas sob a rubrica de apoio ao “migrante”, visam restringir e controlar a permanência de trabalhadores que se deslocam para



o município em busca de trabalho. O caso de Pequi pode ser tomado como uma variação em torno desta forma de relação da administração municipal com trabalhadores que são identificados como não pertencentes às localidades.

A relação destes trabalhadores com a Secretaria de Ação Social em Pequi torna-se evidente assim que se desembarca na rodoviária municipal. Ao lado dos guichês e das lojas, um painel bem visível na entrada de uma sala indica o Centro de Triagem do Migrante. No painel lê-se ainda que o Centro é uma parceria da Secretaria de Ação Social e da Polícia Militar. Além de uma evidência do reconhecimento pelo poder público da presença dos “migrantes” no município, a sala indica que estes são concebidos como uma questão ao mesmo tempo do âmbito da assistência e da segurança pública. Como já mencionado, a responsabilidade pela ampliação da insegurança nestes municípios é uma das acusações mais fortes e sistemáticas que se fazem sobre os trabalhadores que se deslocam para os dois municípios.

O “Programa do Migrante” alcança, sobretudo, as pessoas que chegam ao município em busca de trabalho sem o apoio de uma rede de relações e sem um destino definido. São aquelas sobre as quais se diz que tentam a “sorte” ou que estão “soltas”. Ele é apresentado pelos funcionários encarregados de executá-lo como uma forma de garantir um tratamento “humano” a pessoas que chegam ao município com a esperança de obter um trabalho. Muitos, neste caso, são vistos como vítimas de promessas de agenciadores que difundem a notícia de disponibilidade de trabalho e dinheiro nas localidades. O Programa, portanto, propõe conceder apoio moral, informações, alimentação, abrigo e passagens rodoviárias.

Da perspectiva do poder público, o elemento estruturante da relação do “migrante” com o município é, como no caso dos imigrantes,²² o fato de este possuir ou não emprego. Se possuir um emprego torna sua



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

presença tolerável, a falta de trabalho, que se intensifica sobretudo após a safra, transforma o “migrante” num problema. Nos termos de uma assistente social: “Então, a gente tem uma série de esquemas até mesmo para coibir que essas pessoas fiquem na cidade sem conseguir emprego”. A falta de trabalho e de vínculos sociais coloca estes trabalhadores que tentam a “sorte” numa posição extrema de externalidade. Eles encarnam de forma mais visível a condição de não membros da sociedade local que, como mencionado acima, não deixa também de ser atribuída a residentes, sobretudo do bairro Poeira. São especialmente estes trabalhadores – que circulam sozinhos e em pequenos grupos pelas ruas da cidade ou se reúnem em bares, geralmente em busca de trabalho e de informações – que são vistos como fonte potencial de desordem e ameaça à vida local. A circulação pelas ruas e a presença nos bares, por exemplo, são interpretadas por moradores como mais um sinal de desocupação.

O Centro de Triagem funciona durante todo o ano, mas suas atividades intensificam-se especialmente durante a safra. Ao serem atendidas, as pessoas preenchem um formulário com informações pessoais, documentos de identidade e locais anteriores de trabalho. Para aqueles que estão em busca de trabalho e não têm onde se hospedar, a prefeitura mantém, em convênio com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Abrigo do Trabalhador.²³ Nele o trabalhador pode permanecer até três noites. Recorrer ao Abrigo é uma forte indicação da falta de vínculos que justifiquem a presença no município. Após esse prazo, se a pessoa não conseguir trabalho, passa a ser estimulada a deixar o município. Para tanto, a Secretaria disponibiliza passagem rodoviária, que geralmente cobre um trecho do destino indicado. A concessão da passagem é condicionada, no entanto, a uma avaliação sobre a real necessidade do demandante feita pelo responsável pelo Centro de Triagem. Com isso, busca-se evitar que certas pessoas tirem proveito dessas passagens. Para



se ter uma ideia do número de passagens “liberadas”, remeto ao registro da Secretaria de Ação Social no ano de 2007: abril (27 passagens), maio (32 passagens), junho (31 passagens), julho (22 passagens), agosto (19 passagens) e outubro (18 passagens). Reclamações sobre a não concessão de passagens por parte do responsável são, no entanto, frequentes (cf. Novaes, 2011).

No período da safra é desencadeada a chamada Operação Safra. As ações são dirigidas para assegurar um maior controle sobre a chegada das pessoas ao município e sobre sua circulação. A fiscalização de ônibus clandestinos ainda nas proximidades do município, especialmente nos postos de combustível, é um cuidado adotado. O mais recorrente, porém, é a abordagem dos ônibus clandestinos que chegam à rodoviária. Verifica-se em particular se os trabalhadores já têm um emprego ou alojamento certo nas fazendas. Em caso negativo, tenta-se impedir que os passageiros desembarquem.

A Operação Safra envolve também a circulação de uma Kombi pelos principais pontos de concentração dos “migrantes” nas ruas e nas praças do município. Estes pontos são conhecidos e o propósito é promover o recolhimento dessas pessoas e evitar que façam “arruaça” e “bebam”. Traços físicos e modos de se vestir ajudam na identificação das pessoas: “[...] É uma população diferenciada, você vai olhando e identifica que são migrantes”, explica uma assistente social. A abordagem das pessoas é considerada uma atitude delicada à medida que fere o direito constitucional de ir e vir. Por isso, aos funcionários encarregados do serviço é ressaltado o fato de que são “seres humanos que têm que ser tratados com dignidade”. Se, após algumas abordagens, a pessoa opta por permanecer no município, a Polícia Militar pode ser acionada. As denúncias de agressões físicas e orais cometidas por policiais e pelo responsável pelo Centro de Triagem estão presentes com frequência nos relatos fei-



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

tos pelos trabalhadores a respeito de suas experiências no município (cf. Novaes, 2010). O controle ali sobre a circulação das pessoas é estendido aos moradores, que são estimulados, através de anúncios de TV e rádio, a entrar em contato com a Secretaria e a Polícia Militar em casos de observação de comportamentos suspeitos.

As medidas de controle inscritas no “Programa do Migrante” expressam a relutância e o temor de moradores que se sentem responsáveis pelo município – famílias mineiras tradicionais, produtores e empresários “paranaenses” e “paulistas” – em relação à presença e à fixação na localidade de novos trabalhadores oriundos de outras regiões. Ao tratar as “pessoas de fora”, especialmente os desempregados e sem laços sociais, como uma espécie de classe perigosa, que deve ser mantida afastada da cidade, estas medidas contribuem para reforçar a percepção dos trabalhadores “migrantes” – tanto os que chegam anualmente quanto os que residem no município – como fonte de ameaça e problemas.

O entendimento que começou a circular entre os moradores de que as medidas da Secretaria de Ação Social (com o abrigo, a alimentação, as passagens etc.) consistiam numa forma de ajuda a esses trabalhadores gerou críticas à prefeitura, que se viu diante da necessidade de explicar sua intenção. Foi feito então um trabalho de esclarecimento para que os moradores compreendessem, como informa uma funcionária da Secretaria, que “na verdade a gente não estava ajudando, a gente estava encaminhando para que não causassem outros problemas”. O longo período de existência do “Programa do Migrante”, renovado a despeito da presença na prefeitura de grupos políticos adversários, sugere que esta é uma política de gestão de população incorporada à administração municipal.²⁴



Notas conclusivas

Os dois municípios que servem de referencial empírico a este estudo caracterizam-se pelo fato de suas dinâmicas sociais estarem articuladas à produção do agronegócio, encontrarem-se localizados em áreas rurais e pela riqueza produzida localmente. Como mencionado acima, as políticas públicas (como as relativas a crédito, distribuição de terras, conhecimento técnico, legislação trabalhista e ambiental) que participam da criação das condições de produção e vida destas localidades não são objeto de reconhecimento por parte dos agentes por elas diretamente beneficiados, como produtores e comerciantes de terras. Recentemente, políticas públicas municipais foram, no entanto, associadas ao processo de redução de desigualdades sociais nestas localidades. É o que se pode observar, por exemplo, no artigo intitulado “Agronegócio reduz desigualdade no Centro-Oeste do país” (*Folha de São Paulo*, 6/11/2011). Baseado em pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – “Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal” – o artigo atribui à boa arrecadação de tributos pelas prefeituras, resultado do mercado de trabalho e da circulação de renda nos municípios, a qualidade dos serviços públicos disponibilizados.

Ao estabelecer contato com a prefeitura, secretarias municipais, escolas e postos de saúde desses municípios, realmente me chamaram a atenção as boas condições de infraestrutura, equipamentos, organização e qualificação dos funcionários. Ruas asfaltadas, iluminadas e praças públicas bem cuidadas não passam despercebidas ao visitante que circula pelos bairros centrais destes municípios. Essas condições e os argumentos que lhes estão associados contrastam, no entanto, com as situações de segregação territorial e social que experimentam certos segmentos de moradores destes municípios, visíveis ao se ampliar a área de circulação e ao se ter acesso às representações locais sobre as distintas



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

categorias de moradores e suas interações. Uma vez que a situação experimentada por estes segmentos resulta igualmente de medidas da administração municipal, como aqui é sugerido, constata-se que as políticas públicas municipais nestas localidades apresentam certa ambiguidade: se favorecem a incorporação de parcela de famílias e de trabalhadores pobres, elas o fazem acentuando sua exclusão e estigmatização.

Como venho argumentado, estas políticas públicas inscrevem-se em processos de construção de diferenças entre grupos sociais e especialmente de controle sobre a ocupação do território.²⁵ Observa-se que os grupos sociais que reivindicam o pertencimento local são aqueles que também investem no controle do destino da coletividade. Representações sobre o pertencimento local revelam-se, desse modo, uma dimensão importante das relações entre os segmentos sociais e as políticas públicas. Em cada uma das situações consideradas, o pertencimento à sociedade local, em particular das categorias que migraram, está associado a critérios que não são idênticos. No caso de Pequi, “mineiros”, “paranaenses” e “paulistas”, que também ocupam as posições de produtores, comerciantes e empresários, se unem no entendimento de que graças ao café são os responsáveis pela prosperidade e o desenvolvimento do município. Em Horizonte, a condição de “pioneiros” e os investimentos efetuados na produção de grãos e na construção do município estão na origem das reivindicações do pertencimento por parte dos “sulistas”. Nas duas situações, outras categorias sociais são, por sua vez, concebidas como não pertencentes às sociedades locais sendo, por sua vez, excluídas de direitos em relação à sociedade local.

A relação entre estas categorias sociais são fundadas em avaliações e atributos, como a origem regional, a capacidade de trabalho, o caráter moral etc., cujos significados e efeitos são definidos em cada contexto. Os casos são interessantes, portanto, para se perceber como vínculos e sentimentos de pertencimento territorial, que se apresentam como pro-





priedades coletivas e não individuais, são mobilizados como um princípio de classificação e exclusão de grupos sociais. Assim, as duas situações podem ser consideradas como variações do modo como as lutas classificatórias, como argumentam A. Sayad (1999) e M. Douglas (1998), integram as lutas sociais.

A análise dos três casos de atuação do poder público delineada acima, inspirada em estudos sobre classificações e categorizações estatais (cf., por exemplo, Durkheim, 1983; Bourdieu, 1996; Scott, 1998), procura refletir, particularmente, sobre como classificações e ações do poder público dirigidas a categorias sociais definidas como não pertencentes à sociedade local participam da estrutura de relações sociais e da percepção dos grupos sociais nos dois municípios. Nesse sentido, sugiro que as políticas públicas examinadas reproduzem e contribuem para ratificar percepções a respeito de certas categorias de trabalhadores historicamente inseridos na economia e na vida local como não pertencentes àquelas sociedades e como uma ameaça à sua ordem e ao seu futuro. Apreendidos nos sistemas de apreciação e julgamento dominantes como externos, como não membros das sociedades locais, constata-se que as medidas do poder público de assentamento, de valorização cultural e de assistência reforçam e dão novos sentidos – ao criarem bairros segregados, associarem os segmentos pobres a práticas e preferências “culturais” desvalorizadas e à violência – à condição de externalidade destes trabalhadores pobres em relação às sociedades locais.



Notas

- ¹ São exemplos: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (Padap), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).
- ² Os dados utilizados neste trabalho resultam de minha participação, no período de 2007 a 2009, no projeto de pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio”, coordenado por Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ), Leonilde S. de Medeiros (CPDA/UFRJ), Moacir Palmeira (PPGAS/UFRJ) e Sérgio Leite (CPDA/UFRJ); (cf. Heredia, B.; Medeiros, L.; Leite, S.; Cintrão, R. & Palmeira, M., 2006). Certamente, beneficiei-me de informações e discussões ocorridas no âmbito da equipe de pesquisa que participou da realização do projeto. Resultados da pesquisa podem ser encontrados em Heredia, B.; Leite, Sérgio e Palmeira, M. (2010). Agradeço a Benoît de L’Estoile as observações efetuadas a partir de um primeiro esboço deste texto e também as sugestões propostas pelos pareceristas anônimos aos quais o artigo foi submetido.
- ³ É o caso, por exemplo, de matéria “especial” publicada na revista *Carta Capital*, na edição de 23/04/2008, na qual Rondonópolis (MT) é descrita como “Oásis do Cerrado”.
- ⁴ O material etnográfico apresentado ao longo do texto foi reunido através de trabalho de campo realizado nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso, em diferentes momentos. No primeiro estado, ele ocorreu nos meses de março e abril de 2008 e janeiro de 2009. No segundo, em maio e junho de 2008. Em cada estado foram estudados dois municípios, mas aqui me restrinjo a fazer referência a apenas um município de cada estado. Um aspecto a ser ressaltado do ponto de vista da estratégia de pesquisa adotada é o fato de que em todos os municípios dei início às entrevistas e privilegiei os contatos com membros das administrações municipais e representantes de entidades que foram identificados por sua participação importante na discussão de questões públicas do município. A razão principal para este procedimento, considerando os objetivos mais gerais do projeto de pesquisa, é que eu me interessava especialmente em apreender o ponto de vista das administrações municipais a respeito das questões incluídas em suas pautas de preocupações e prioridades.



- ⁵ Os nomes dos municípios e bairros são fictícios.
- ⁶ O trabalho, portanto, inscreve-se numa perspectiva que se propõe a analisar etnograficamente o funcionamento e as ações da administração governamental. Para uma análise sobre os estudos antropológicos elaborados nesta área e interfaces mantidas com outras disciplinas, ver Souza Lima e Castro (2008); Teixeira e Souza Lima (2010).
- ⁷ Neste aspecto, o trabalho se aproxima do estudo elaborado por Elias e Scotson (2000). Observo, no entanto, que minha preocupação é sobretudo com o lugar que as medidas da administração pública ocupam na conformação da relação entre os grupos cujas identidades têm um ingrediente de pertencimento territorial.
- ⁸ Para uma discussão a respeito do modo como representações e classificações sociais próprias às formas de percepção e ação das organizações estatais produzem divisões e identidades, modos de pertencimento, exclusão, reconhecimento, discriminação e simplificações, ver, entre outros, Durkheim (1983); Bourdieu (1996); Scott (1998) e Borges (2004).
- ⁹ Nesse sentido, a posição ocupada pelas pessoas aí incluídas equivale àquela que define o estrangeiro nos termos de Simmel, ou seja, aquele que se fixa “em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais. Mas a sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo [...]” (1983, p. 182).
- ¹⁰ Cabe observar que em Pequi os principais cargos administrativos são ocupados predominantemente por mineiros e membros de famílias tradicionais do município, enquanto em Horizonte, por “sulistas”.
- ¹¹ É importante notar que, apesar das avaliações negativas efetuadas sobre os trabalhadores “migrantes” e a expansão da mecanização, os produtores continuam a recrutá-los, já que esta mão de obra atende diretamente aos seus interesses econômicos, contrariando, inclusive, interesses da administração municipal e dos trabalhadores “locais”.
- ¹² Para uma discussão sobre como critérios (como o tempo de permanência na localidade) de inclusão e exclusão do direito de acesso aos serviços públicos afetam os potenciais beneficiários, ver Borges (2004).
- ¹³ Para uma análise sobre a trajetória dos moradores do bairro e sua presença no município, ver Novaes (2011). A autora discute também a relação dos trabalhadores do café com os “gatos” ou “empreiteiros” que residem e trabalham no bairro.





- ¹⁴ As notícias de violência no bairro circulam inclusive em outros estados, como informa a R. Novaes uma moradora do bairro que já havia morado no interior de São Paulo (2011).
- ¹⁵ Para uma análise sobre a formação de um destes bairros, vizinho ao de São Nonato e também associado aos “maranhenses”, as trajetórias de seus moradores e a inserção no município, ver Prestes (2010).
- ¹⁶ Para uma discussão sobre a relação entre estigmas, identidades e relações de poder entre grupos sociais, ver especialmente Goffman (1975) e Elias e Scotson (2000).
- ¹⁷ Para o modo como diferenças culturais, disputas pela alocação dos serviços públicos e acesso ao mercado de trabalho constituem a base de conflitos urbanos, ver Günes-Ayata (1987).
- ¹⁸ Os “sulistas” organizam suas próprias festas. As mais significativas têm lugar no estruturado espaço do Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Após a safra, quando a intensidade do trabalho é reduzida, são organizadas também as “festas nas comunidades”. O modelo destas festas tem sido apropriado pelos grupos não “sulistas”.
- ¹⁹ A este respeito ele conta que em uma ocasião organizou um debate para discutir por que a prefeitura não incorpora nas propagandas de divulgação do município referências e imagens dos bairros do “outro lado da BR”. Foi, porém, aconselhado a não levar a discussão adiante. A ausência dos trabalhadores “maranhenses” da história oficial do município é registrada por Custódio (2005) e Prestes (2010). As autoras, por sua vez, reúnem elementos para restituir este ponto de vista sobre o processo de formação do município.
- ²⁰ O acesso aos serviços públicos dos trabalhadores tidos como não pertencentes aos municípios é motivo também de restrições quanto à sua presença, uma vez que amplia o gasto para o financiamento destes serviços e a concorrência com os moradores locais que dependem deles.
- ²¹ A este respeito argumenta Sayad: “[...] um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito [...] A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (1998, pp. 54-55).
- ²² A trajetória de trabalhadores que se hospedam no Abrigo é analisada por Novaes (2011).



- ²³ Os dispositivos administrativos utilizados no município apresentam muitas semelhanças com o descrito por Aranha (1996) em artigo sobre os albergues do interior do estado de São Paulo. Compartilho com o autor o argumento de que as medidas de ação social são também dispositivos de controle dos trabalhadores.
- ²⁵ Mas como argumentam Heredia, Leite e Palmeira, “Não se trata de uma disputa entre grupos assimétricos (como efetivamente são) por um mesmo objeto. Há sim uma disputa de ‘território’, como assinalado na segregação espacial, mas de territórios que as estratégias familiares de uns e outros recortam de modo diverso” (2010, p. 172).

Referências bibliográficas

ARANHA, Valmir

- 1996 “Os albergues dos migrantes no interior do estado de São Paulo: Programas de ação social ou políticas de circulação de população?”, *Travessia. Revista dos Migrantes*, n. 25, pp. 25-29.

BORGES, Antonadia M.

- 2004 “A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o ‘tempo de Brasília’”, in TEIXEIRA, Carla C. & CHAVES, Christine de A., *Espaços e Tempos da Política*, Rio de Janeiro, NUAP/Relume-Dumará.

BOURDIEU, Pierre

- 1999 “Efeitos de lugar”, in ____ *et alli*, *A Miséria do Mundo*, 3ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.
- 1996 “Espírito de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático”, in ____, *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*, Campinas, Papirus.

CARMO, Maria Andréa A.

- 2008 Trabalhadores temporários, trabalhadores o tempo todo. O deslocamento para a safra de café na região do cerrado mineiro, *Travessia. Revista do Migrante*, n. 61, pp. 42-46.



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

CASTEL, Robert

2007 *A discriminação negativa. Cidadãos ou autóctones?*, Petrópolis, Editora Vozes.

CASTRO FARIA, Luiz de

1999 "Localismo, municipalismo e práticas políticas", in HEREDIA, B.A., *Do local ao internacional: práticas políticas, relações pessoais, facções*, Rio de Janeiro, Nau Editora, Cadernos do NUAP 4.

CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine

1970 "Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement", *Revue française de sociologie*, XI, pp. 3-33.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina

2005 *Sorriso de Tantas Faces: A cidade (Re)Inventada, Mato Grosso-Pós 1970*, dissertação, PPGH/UFMT.

DURKHEIM, Emile

1983 *Lições de sociologia*, São Paulo, T. A. Queiroz/EdUSP.

DURKHEIM, Emile & MAUSS, Marcel

1981 "Algumas formas primitivas de classificação. Contribuição para o estudo das representações coletivas", in MAUSS, Marcel, *Ensaio de Sociologia*, São Paulo, Ed. Perspectiva.

DOUGLAS, Mary

1998 *Como as instituições pensam*, São Paulo, EDUSP.

ELIAS, N. & SCOTSON, John L.

2000 *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

FERNÁNDES, Antonio João C.

2007 *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*, tese, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS.

GOFFMAN, Erving.

1975 "Estigma e identidade Social", in ____, *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- GÜNES-AYATA, Ayse
1987 "Migrants and natives: urban bases of social conflict", in EADES, Jeremy (ed.), *Migrants, workers, and the social order*, London, Tavistock Publications.
- HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; LEITE, S.; CINTRÃO, R. & PALMEIRA, M.
2006 Sociedade e Economia do Agronegócio: um Estudo Exploratório. Projeto de Pesquisa, Rio de Janeiro, mimeo.
- HEREDIA, B., LEITE, S. & PALMEIRA, M.
2010 "Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 74.
- NOVAES, Roberta B.
2011 *Gente de fora. Vida e trabalho dos assalariados do café em uma região de Minas Gerais*, Rio de Janeiro, E-papers (Coleção Sociedade e Economia do Agronegócio 2).
- PRESTES, Claudia A.
2010 *Os trabalhadores e a formação de uma cidade do Mato Grosso: família, vizinhança e compadrio em Sorriso*, dissertação, PPGAS/IFCS.
- SAYAD, Abdelmalek
1999 "Immigration et 'Pensée d'état'", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 129, pp. 5-14.
1998 *A imigração*, São Paulo, Edusp.
- SCOTT, James C.
1998 *Seeing like a state. How certain schemes to improve the human condition have failed*, New Haven and London, Yale University Press.
- SILVA, Carlos Alberto da
2003 *Grupo André Maggi. Corporação e rede em áreas de fronteira*, Cuiabá, Entrelinhas.
- SOUZA LIMA, Antonio C. de (org.).
2002 *Gestar e gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*, Rio de Janeiro, NUAP/Relume-Dumará.



MARCOS OTAVIO BEZERRA. PERTENCIMENTO LOCAL...

SOUZA LIMA, Antonio C. de & CASTRO, J.P.M.

2008 "Política(s) Pública(s)", in PINHO, O. & SANSONE, L. (eds.), *Raça: Perspectivas Antropológicas*, Salvador, ABA/EDUFBA, pp. 141-193.

TEIXEIRA, Carla C. & SOUZA LIMA, Antonio C. de

2010 "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?", in DUARTE, Luiz Fernando Dias & MARTINS, Carlos Benedito (orgs.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*, São Paulo, ANPOCS, pp. 51-95.

VAINER, Carlos B.

1996 "A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas", *Travessia. Revista do Migrante*, n. 25, pp. 5-9.

WACQUANT, Loïc

2001 *Os condenados da cidade – estudos sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro, Revan/Fase.

WEBER, Max

1999 *Economia e Sociedade*, v. 2, Brasília/São Paulo, Editora UNB/Imprensa Oficial do estado de São Paulo.



REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2012, v. 55 Nº 2.

ABSTRACT: This paper analyzes the relationship of the municipal government with categories of workers that are designed by segments of residents claiming local belonging as external to the local society (“migrants”, “outsiders” etc..). From the focus on two cities, whose economic and social dynamics are associated with agribusiness, the article examines how the presence of these workers becomes a public issue and an object of management by the municipal administration. The perception that these workers constitute a security threat and the measures to control their presence in the territories are examples of issues examined. Thus, the paper demonstrates how the actions of the government in these contexts contribute to building social and spatial segregation between different social groups in the municipalities.

KEY-WORDS: Anthropology of the State, population management, social classification, social segregation.

Recebido em abril de 2011. Aceito em outubro de 2011.

- 655 -